



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

14 de novembro de 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 13/11/2012
Assunto: Senado aprova dedução do IR para doações a universidades e escolas do ensino básico		Página: Online



Senado aprova dedução do IR para doações a universidades e escolas do ensino básico

Agência Brasil

13/11/2012 07:10:09

A exemplo do que já acontece com pessoas jurídicas, pessoas físicas que fizerem doações para instituições públicas de ensino básico e superior estão mais perto de poder deduzir os valores do Imposto de Renda (IR). A proposta (PLS 566/2011) foi aprovada nesta terça-feira (13), por unanimidade, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O projeto, que agora segue para a Câmara dos Deputados, estabelece como teto de dedução do IR o valor de R\$ 3.091,35. Segundo os defensores da proposta, a Universidade Harvard, nos Estados Unidos, serve de exemplo por contar com apenas 20% de recursos públicos, sendo o restante do orçamento mantido por fontes privadas. Além das mensalidades dos estudantes matriculados, esses recursos incluem doações de ex-alunos e empresas.

Para o relator *ad hoc* (para isto) da proposta, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), o projeto é "extremamente meritório" porque pode estimular as pessoas a ajudar as instituições públicas de ensino. Ele leu relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que acatou emenda da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) incluindo no projeto as doações a escolas de educação básica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 14/11/2012
Assunto: Pacto pela Alfabetização prevê oferta de cursos de formação		Página: Online



Pacto pela Alfabetização prevê oferta de cursos de formação

Terça-feira, 13 de Novembro de 2012 - [0 comentário\(s\)](#) - 57 Visualizações

O governo federal vai investir R\$ 2,7 bilhões até 2014 na formação dos professores de classes de alfabetização em escolas públicas. A 360 mil alfabetizadores em todo o país serão concedidas bolsas para cursos de formação. Além disso, o governo oferecerá prêmios em dinheiro a professores e escolas que obtiverem os melhores resultados.

Os recursos se estenderão à compra de livros didáticos e de literatura e à avaliação do aprendizado das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental.

Essas iniciativas fazem parte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), tema do programa de rádio Café com a Presidenta desta segunda-feira, 12, transmitido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). "Nosso objetivo é fazer com que todas as crianças do nosso país, sem exceção, sejam alfabetizadas até os oito anos de idade", disse a presidenta da República, Dilma Rousseff. "Isso quer dizer que, com essa idade, toda criança vai ter de saber ler, escrever, interpretar um texto simples e, também, somar e subtrair e ter noções de multiplicar e dividir."

Segundo a presidenta, 15% das crianças com oito anos de idade não conseguem interpretar um texto ou fazer as contas básicas. "Por causa dessa dificuldade, elas não conseguem aprender as outras matérias ensinadas nos anos seguintes, e muitas são reprovadas; algumas até abandonam a escola", afirmou.

O pacto pela alfabetização na idade certa foi lançado pela presidenta na última quinta-feira (8), em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença do ministro da Educação, Aloizio Mercadante.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Vestibular e Educação	Data: 14/11/2012
Assunto: Alfabetização de crianças de 8 anos é 'prioridade da prioridade', diz ministro		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Alfabetização de crianças de 8 anos é 'prioridade da prioridade', diz ministro

Aloizio Mercadante diz que MEC vai buscar os problemas 'na raiz'. Segundo estudo, problemas estão na 6ª série e no 1º ano do ensino médio.

Do G1, em Brasília

O ministro da Educação Aloizio Mercadante afirmou nesta terça-feira (13) que a “prioridade da prioridade” do Ministério da Educação é alfabetizar as cerca de 8 milhões de crianças brasileiras de até 8 anos de idade matriculadas até o 3º ano do ensino fundamental.

Segundo o ministro, 15,3% das crianças brasileiras não aprendem a ler e escrever até completar essa idade. No Nordeste, a média é 23% e no Norte 28%, enquanto no Sul a taxa é bem mais baixa – 5%. O ministro chamou a atenção para a discrepância regional e afirmou que a “raiz da desigualdade está na educação”.

Os grandes gargalos do ensino, segundo Mercadante, estão na 6ª série do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio. Ele afirmou que governo perde entre R\$ 7 bilhões a R\$ 9 bilhões por ano com reprovações escolares.

Mercadante afirmou que realizar uma avaliação universal do ensino apenas na 5ª série pode ser tarde demais. “Muitas crianças não conseguem acompanhar o ensino e ficam para trás”, disse. “Vamos lá atrás, na raiz, identificar as dificuldades”.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado pela presidente Dilma Rousseff no último dia 8, terá como objetivo não apenas a alfabetização, mas a avaliação universal de todas as crianças entre sete e oito anos de idade “para verificar se efetivamente aprenderam a ler, escrever, interpretar texto e se já estão conseguindo dominar as primeiras contas”, explicou o ministro. “Com essa avaliação, será possível recuperar crianças com dificuldades e que ainda não tenham o domínio da língua”.

“O programa terá material, orientação, gestão, formação inicial continuada para professores alfabetizadores e vamos avaliar o resultado para realmente ter uma meta que realmente é a base de tudo”, completou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Alfabetização

Para estimular as escolas e os professores a se engajar no projeto, o governo prometeu distribuir, no próximo ano, R\$ 500 milhões para as instituições educacionais que apresentarem os melhores desempenhos. O dinheiro será repassado na forma de premiações às experiências bem-sucedidas.

Ao aderirem ao pacto, informou o governo federal, os gestores públicos se comprometem a alfabetizar todas as crianças em Língua Portuguesa e em Matemática. Também serão obrigações dos estados e municípios criar avaliações para os estudantes que estão no ciclo de alfabetização, além das que já são realizadas pelo MEC.

Os governos estaduais, contudo, ainda terão de oferecer apoio às prefeituras que tenham aderido ao programa, de modo a viabilizar o cumprimento das metas. As ações públicas voltadas para a alfabetização das crianças com menos de nove anos serão monitoradas pelo MEC por meio de um sistema de gerenciamento, acompanhamento e controle.

Para atingir o compromisso, ressaltou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, uma das principais medidas será a formação continuada de 360 mil professores alfabetizadores, que farão cursos durante dois anos (ênfase em linguagem e matemática) e receberão bolsa para essa capacitação.

Os professores, informou o ministro, poderão realizar os cursos no próprio município de trabalho e sua formação será supervisionada por 18 mil orientadores de estudo, capacitados em 34 universidades públicas brasileiras.

Outras ações do projeto são a distribuição de 26,5 milhões de livros didáticos para as escolas de ensino regular e campo, de 4,6 milhões de dicionários, 10,7 milhões de obras de literatura, 17,3 milhões de livros paradidáticos, além da construção de uma biblioteca em cada sala de alfabetização para incentivar a vivência dos alunos entre os livros.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Economia

Data: 14/11/2012

Assunto: Pessoa física poderá deduzir doação do IR

Página: 25

DIÁRIO CATARINENSE

ESCOLAS PÚBLICAS

Pessoa física poderá deduzir doação do IR

Senado aprova projeto que busca mais recursos para instituições de ensino

Pessoas físicas poderão deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) as doações efetuadas a instituições públicas de educação básica e superior. Essa possibilidade é prevista em projeto de lei aprovado ontem pelo Senado.

O projeto limita a dedução ao teto anual de R\$ 3.091 previsto pela legislação para as despesas com educação. Os parlamentares justificam a aprovação do projeto como incentivo à doação de pessoas físicas às escolas públicas, modelo adotado em países como os Estados Unidos.

– As pessoas jurídicas já podem realizar doações, a extensão do incentivo às pessoas físicas é salutar – explica o senador Blairo Maggi (PR-MT), autor do projeto de lei.

O senador do Mato Grosso citou o exemplo da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, que, segundo ele,

BLAIRO MAGGI

senador autor do projeto de lei

“

Embora seja uma instituição privada, Harvard serve como exemplo de gestão de doações que o projeto pretende estimular nas escolas públicas superiores brasileiras.

é mantida com apenas 20% de recursos públicos. O restante, de acordo com o parlamentar, é financiado por fontes privadas de doações e pelas matrículas dos alunos.

– Embora seja uma instituição privada, paga, Harvard serve como exemplo de gestão de doações que o projeto pretende estimular nas escolas públicas superiores brasileiras – afirmou Maggi.

Como o texto do projeto de lei foi aprovado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, segue para votação na Câmara se não houver recurso para ser analisado em plenário.

Em sua versão original, o projeto estabelecia as doações somente para instituições de ensino superior. Emenda incluída durante a tramitação no Senado ampliou o universo para as escolas de ensino básico.

Relator do projeto, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a doação deveria integrar a cultura dos brasileiros.

– Não há motivos para restringir as doações às instituições de ensino superior, uma vez que aqueles voltados para a educação básica são ainda mais carentes de recursos adicionais destinados a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da infraestrutura escolar – declarou o senador do Paraná.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Editorial

Data: 14/11/2012

Assunto: Respostas à ineficiência da gestão

Página: 21

DIÁRIO CATARINENSE

Respostas à ineficiência da gestão

Não é novidade que o modelo de gestão da educação que vem sendo adotado em SC é ineficiente e oneroso. A OCDE, ao avaliar a gestão do sistema educacional, em 2009 e 2010, apontou as fragilidades e fez proposições com muita propriedade. Não obstante isso, resultados satisfatórios que vêm sendo alcançados devem-se ao esforço das escolas e não ao modelo vigente.

Mudanças efetivas, no entanto, não se fazem sem rupturas. Todos sabem que da forma como está constituído, o Estado e sua gestão são conservadores e corporativos; se não fossem, não se denominariam “estado”, e sim, “estado”. Outras referências e padrões devem orientar a gestão, que não a atual. Sem um novo olhar, corre-se o risco de trocar seis por meia dúzia, adiando-se o grave problema da gestão.

Quais entraves necessitam ser ultrapassados? Num governo estruturado para ser descentralizado, é inconcebível que os mecanismos de gestão sejam tão centralizados em relação a contingente de pessoas, recursos e trâmites burocráticos. Veja-se a Secretaria de

Estado da Educação e o Conselho Estadual de Educação – órgãos centrais do sistema educacional.



ANTÔNIO ELÍZIO PAZETO
Doutor em Educação e especialista convidado pela RBS

É na escola onde devem ser concentrados o maior e melhor contingente de pessoas, tomada de decisão e recursos.

Cabe a estes desempenhar funções estratégicas em relação às políticas, programas, supervisão e avaliação do sistema, dispendo de estrutura e condições apropriadas, diferente das atuais, desfocadas das atividades-fim da educação. A centralidade da gestão é a escola, não os órgãos centrais ou intermediários. É no ambiente escolar que educação e aprendizagem são desenvolvidas, não em outras instâncias.

É na escola onde devem estar concentrados o maior e melhor contingente de pessoas, tomada de decisão e recursos. Descentralizar a educação com foco na escola, fortalecendo-a com quadros humanos competentes, recursos técnicos e financeiros suficientes e gestão qualificada, eis a resposta que precisamos promover. É chegada a hora da mudança.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina

Editoria: Geral

Data: 13/11/2012

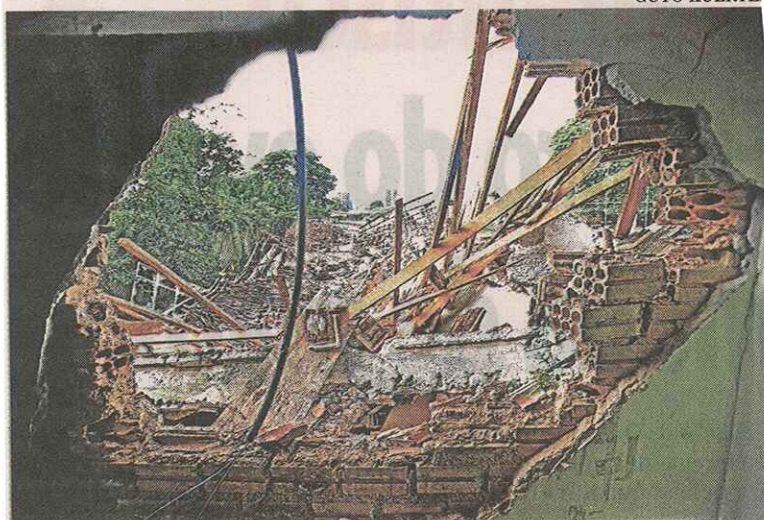
Assunto: Parte de escola desaba em Palhoça

Página: 16

JORNAL DE
SANTA CATARINA
www.santa.com.br

Infraestrutura

GUTO KUERTE



Metade de uma ala, com três salas de aula, ficou em ruínas

Parte de escola desaba em Palhoça

PALHOÇA - O desabamento de parte da Escola Básica Vicente Silveira, no Bairro Passa Vinte, assustou a vizinhança. Por volta das 23h de domingo, metade de uma ala, com três salas de aula, virou ruína.

– Foi um estouro. A minha casa tremeu. Graças a Deus que foi à noite – disse Salete Pereira, 52, vizinha do colégio.

Mesmo surpreendidos, Salete, professores e pais dos estudantes já esperavam pelo entulho de madeira, tijolos e telhas no chão. Em maio deste ano, a Defesa Civil interditou

a área que veio abaixo.

Na época, a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis enviou técnicos ao local e deu prazo de 90 dias para resolver o problema. Não foi cumprido. Enquanto isso, alunos fizeram revezamento nas salas restantes, diminuindo o turno de cada turma.

Com o desabamento, o chefe da Defesa Civil, Diego Schmidt, interditou o restante da ala. Para a reforma, a Secretaria de Educação garantiu R\$ 1 milhão, mas ainda não há prazo para as obras.